

Despacho n.º 24 636/2007

Considerando que, no âmbito da reestruturação da Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, esta passa a ter como atribuição a acreditação das entidades formadoras, de acordo com o n.º 1 e a alínea c) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 210/2007, de 29 de Maio, anteriormente a cargo do Instituto para a Qualidade na Formação, I. P.;

Considerando que o Decreto-Lei n.º 115/97, de 12 de Maio, que criou o Instituto para a Qualidade na Formação, I. P., é revogado pelo Decreto-Lei n.º 276-C/2007, de 31 de Julho, publicado em 1 de Agosto e que entrará em vigor em 1 de Setembro de 2007;

Considerando que se encontra vago o cargo de director de serviços de Qualidade e Acreditação, criada pela Portaria n.º 633/2007, de 30 de Maio, que regula a estrutura nuclear da Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, bem como as competências das suas unidades orgânicas;

Considerando que o n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, permite que os cargos dirigentes sejam exercidos em regime de substituição no caso de vacatura do lugar;

Nomeio, em regime de substituição, ao abrigo do n.º 8 do artigo 21.º e do n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, como directora de serviços de Qualidade e Acreditação da Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho a licenciada Anabela Marques Fernandes Solano, do quadro de pessoal do Instituto para a Qualidade na Formação, I. P., a qual possui todos os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo.

A presente nomeação produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2007.

31 de Agosto de 2007. — O Director-Geral, *Fernando Ribeiro Lopes*.

Currículo académico e profissional

Identificação — Anabela Marques Fernandes Solano.

Data de nascimento — 1 de Maio de 1967.

Habilitações académicas — licenciada em Engenharia Agronómica pelo Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa; diploma universitário de especialização em Ciências de Educação, na área de Organização e Gestão da Formação pela Universidade de Psicologia e Ciências da Educação de Lisboa.

Actividade profissional mais relevante:

Na Confederação dos Agricultores de Portugal, subdirectora do Centro de Formação Agrícola da CAP, em Almeirim, de 1 de Agosto de 1993 a 31 de Maio de 1996; quadro do Departamento de Formação da CAP, em Lisboa, de 1 de Junho de 1996 a 31 de Janeiro de 1999;

No Instituto para a Inovação na Formação (INOFOR), contrato a termo certo com categoria equiparada a técnica superior de 1.ª classe, escalão 4, no projecto «Acreditação de entidades formadoras», de 1 de Fevereiro de 1999 a 31 de Março de 2001; contrato administrativo de provimento com a categoria de técnica superior de 2.ª classe, de 1 de Fevereiro de 2001 a 10 de Dezembro de 2002; ingresso no quadro de pessoal do INOFOR com a categoria de técnico superior de 2.ª classe, a 11 de Dezembro de 2002;

No Instituto para a Qualidade na Formação, I. P., ingresso na categoria de técnica superior de 1.ª classe, a 16 de Agosto de 2005; nomeada coordenadora da equipa do projecto «Acreditação de entidades formadoras», a 1 de Abril de 2007.

Formação mais relevante — curso de auditores da qualidade (CEQUAL), de 13 de Outubro a 19 de Dezembro de 2006, num total de cento e dezanove horas; curso auto-avaliação de acordo com o modelo de excelência da EFQM, de 24 de Maio a 9 de Junho de 2006, com a duração de trinta e cinco horas; curso de comportamento organizacional orientado para a produtividade e qualidade da Administração Pública, realizado de 15 a 19 de Novembro de 2004, com a duração de trinta horas; curso de metodologias de auditorias da qualidade NP EN 30011-1,2,3, de 9 a 30 de Outubro de 2001, com um total de trinta e cinco horas; curso de promotores de formação (IEFP), de 30 de Março de 1992 a 29 de Junho de 1993, num total de 15 meses.

Despacho n.º 24 637/2007

Considerando que se encontra vago o cargo de director de serviços para as Relações Profissionais nas Regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve, criada pela Portaria n.º 633/2007, de 30 de Maio, que regula a estrutura nuclear da Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, bem como as competências das suas unidades orgânicas;

Considerando que o n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto,

permite que os cargos dirigentes sejam exercidos em regime de substituição no caso de vacatura do lugar;

Nomeio, em regime de substituição, ao abrigo do n.º 8 do artigo 21.º e do n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, como director de serviços para as Relações Profissionais nas Regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve, da Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, o licenciado Carlos Alberto Alves Antunes, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, o qual possui todos os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo.

A presente nomeação produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2007.

31 de Agosto de 2007. — O Director-Geral, *Fernando Ribeiro Lopes*.

Currículo académico e profissional

Data de nascimento — 16 de Abril de 1948.

Habilitações académicas e profissionais — licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa (1973); pós-graduação em Políticas de Desenvolvimento e Gestão de Recursos Humanos (2000-2001) pela Universidade Autónoma de Lisboa; pós-graduação em Marketing Público e e-Government (2001-2002), pelo ISECM — Instituto Superior da Comunicação Empresarial. Frequência de cursos e seminários em diversas áreas, nomeadamente direito do trabalho, gestão dos recursos humanos e gestão e Administração Pública.

Experiência profissional — desde 2004, director de serviços para as Relações Profissionais de Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve da Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social); assessor principal da Direcção dos Serviços Jurídicos da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, de 2002 a 2003; director de Recursos Humanos do ICP-ANACOM — Autoridade Nacional de Comunicações, de 1997 a 2002; director de Pessoal da Hidroeléctrica de Cahora-Bassa, de 1982 a 1996; chefe de divisão de Estudos Administrativos da Secretaria-Geral do Ministério dos Transportes e Comunicações, de 1978 a 1982; adjunto do Gabinete do Ministro da República dos Açores (1977); adjunto do Gabinete do Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações (1976); técnico do Gabinete de Relações de Trabalho do Ministério dos Transportes e Comunicações (1975).

Outros dados de interesse — consultor jurídico para questões de direito do trabalho no GATRANS (1979-1980); consultor para assuntos de pessoal e de natureza jurídico-laboral na LUSOCERAM (1981-1982); consultor integrante de uma equipa da COOPERS e LYBRAND e da CESO-CI, tendo participado no projecto de «Avaliação das necessidades de formação em contabilidade» no âmbito do PREGÉ — Projecto do Reforço da Capacidade de Gestão Económica, Componente de Recursos Humanos em Angola (1994); membro da Associação Portuguesa de Gestores e Técnicos de Recursos Humanos (APG), fazendo parte dos actuais corpos sociais da Associação.

Trabalhos e publicações:

Legislação do Trabalho nos Países de Língua Portuguesa, em co-autoria com Perdígão, Carlos, Coimbra Editora, 2006;

Qualidade nos Serviços Públicos, no âmbito da pós-graduação em Marketing Público (2002);

Modelos de Gestão de Recursos Humanos, no âmbito da pós-graduação em Políticas de Desenvolvimento e Gestão de Recursos Humanos (2001);

Artigos diversos na revista *Pessoal* sobre gestão RH e direito do trabalho.

Despacho n.º 24 638/2007

Considerando a criação, na Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, da Divisão de Condições Gerais de Trabalho;

Considerando que se encontra vago o correspondente cargo de chefe de divisão;

Considerando que o n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, permite que os cargos dirigentes sejam exercidos em regime de substituição no caso de vacatura do lugar;

Nomeio, em regime de substituição, ao abrigo do n.º 8 do artigo 21.º e do n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, chefe de divisão de Condições Gerais de Trabalho, da Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, a licenciada Maria Fernanda Rodrigues Alves Estevez, do quadro de pessoal da mesma Direcção-Geral, a qual possui todos os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo.

A presente nomeação produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2007.

31 de Agosto de 2007. — O Director-Geral, *Fernando Ribeiro Lopes*.

Currículo académico e profissional

Identificação — Maria Fernanda Rodrigues Alves Estevez.
Data de nascimento — 27 de Setembro de 1964.
Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito pela Universidade Autónoma de Lisboa, em 1991; pós-graduação em Estudos Europeus pelo Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1997; pós-graduação em Legística e Ciência da Legislação pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2004.

Categoria — assessora principal do quadro da Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho.

Experiência profissional:

Ingressou na Administração Pública em 1985, no Registo Nacional de Pessoas Colectivas, do Ministério da Justiça, tendo exercido funções de técnica auxiliar e de técnica superior na área do direito comercial, designadamente no que respeita à constituição, transformação e extinção de pessoas colectivas;

Em Novembro de 1997, transitou para o Gabinete para os Assuntos Europeus e Relações Internacionais do Ministério da Solidariedade Social, tendo exercido, até Janeiro de 2003, funções de concepção, adaptação e aplicação de métodos e processos técnico-científicos, nomeadamente através da elaboração de estudos, pareceres e relatórios em matéria de relações internacionais, em especial as que se desenvolvem com a União Europeia, as Nações Unidas, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico e o Conselho da Europa, nos domínios da política social, em geral e, em particular, da livre circulação de pessoas, do emprego, da formação profissional, das condições de trabalho, da acção social, da solidariedade, da exclusão social e da segurança social. Durante este período foi delegada no Grupo das Questões Sociais (Grupo do Conselho da União Europeia) e integrou várias delegações no âmbito das ONU, designadamente a delegação portuguesa que presidiu a União Europeia, no quadro da avaliação da implementação do Programa de Acção da Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social (2000) e a que acompanhou e negociou o Plano de Acção Internacional sobre o Envelhecimento, adoptado na II Assembleia sobre o Envelhecimento;

Participou, ainda, na preparação da XV, XVI e XVII Cimeiras Luso-Espanholas e na elaboração da Declaração de Intenções sobre Cooperação e Assistência Técnica em Matéria Laboral e Assuntos Sociais, entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade da República Portuguesa e o Ministério do Trabalho do Reino de Espanha (1998) e nos programas de actividades acordados nas respectivas cimeiras;

Chefe de divisão de Condições Gerais de Trabalho a partir de 27 de Janeiro de 2003, tendo participado na preparação de medidas de política e legislação laboral, designadamente na regulamentação do Código do Trabalho, na transposição de directivas comunitárias, no acompanhamento da intervenção técnica nacional na adopção de instrumentos normativos comunitários e internacionais, na elaboração de relatórios e respostas a questionários respeitantes nomeadamente à preparação ou aplicação de instrumentos normativos comunitários e internacionais e tem assegurado a representação nacional em grupos de trabalho de âmbito comunitário.

Formação profissional — frequência de cursos e acções na área do direito comunitário, direito laboral, Administração Pública, informática e línguas.

Despacho n.º 24 639/2007

Tendo em consideração a Portaria n.º 656/2007, de 30 de Maio, que fixou em oito o número máximo de unidades orgânicas flexíveis da Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho;

Tendo em consideração a conveniência de cometer parte das atribuições da Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho a uma unidade orgânica flexível;

Nos termos do n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, republicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, determino o seguinte:

1.º É criada a Divisão para os Assuntos da Organização Internacional do Trabalho com as seguintes atribuições no âmbito das actividades técnicas que decorrem para Portugal da qualidade de membro da Organização Internacional do Trabalho:

a) Preparação e apoio da intervenção técnica nacional na adopção de instrumentos internacionais do trabalho;

b) Preparação da submissão de novos instrumentos internacionais do trabalho à autoridade competente;

c) Elaboração de estudos de viabilidade da ratificação de convenções internacionais do trabalho;

d) Preparação de relatórios nacionais sobre a aplicação de instrumentos internacionais do trabalho;

e) Consulta das organizações representativas dos trabalhadores e dos empregadores sobre as questões relativas às actividades da Organização Internacional do Trabalho.

2.º O disposto no número anterior produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2007.

31 de Agosto de 2007. — O Director-Geral, *Fernando Ribeiro Lopes*.

Despacho n.º 24 640/2007

Considerando que se encontra vago o cargo de director de serviços da Regulamentação Colectiva e Organizações do Trabalho, criada pela Portaria n.º 633/2007, de 30 de Maio, que regula a estrutura nuclear da Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, bem como as competências das suas unidades orgânicas;

Considerando que o n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, permite que os cargos dirigentes sejam exercidos em regime de substituição no caso de vacatura do lugar;

Nomeio, em regime de substituição, ao abrigo do n.º 8 do artigo 21.º e do n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, director de serviços da Regulamentação Colectiva e Organizações do Trabalho da Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho o licenciado José António Landeiro Alves Luís, do quadro de pessoal da mesma Direcção-Geral, o qual possui todos os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo.

A presente nomeação produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2007.

31 de Agosto de 2007. — O Director-Geral, *Fernando Ribeiro Lopes*.

Currículo académico e profissional

Identificação — José António Landeiro Alves Luís.

Data de nascimento — 22 de Fevereiro de 1950.

Habilitações académicas — licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1976.

Categoria — assessor principal do quadro da Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho.

Experiência profissional:

Ingressou na Administração Pública em 19 de Outubro de 1968, tendo exercido funções na Repartição de Finanças de Santarém, na Caixa de Previdência e Abono de Família do Distrito de Santarém e na Caixa Nacional de Pensões;

Desde Fevereiro de 1973 prossegue a sua actividade profissional na área das relações e condições de trabalho, tendo exercido funções na Divisão de Contratação Colectiva, da Direcção-Geral do Trabalho e Corporações, e na Inspecção-Geral do Trabalho;

Foi nomeado técnico superior de 2.ª classe do quadro da Direcção-Geral do Trabalho em 28 de Março de 1978, passando a exercer funções técnico-jurídicas na Divisão de Regulamentação Colectiva a partir de 16 de Julho de 1978;

De entre a actividade desenvolvida, destaca-se a coordenação de diversas comissões técnicas tripartidas encarregadas dos estudos preparatórios da emissão de portarias de regulamentação do trabalho, cabendo-lhe, também, a redacção dos respectivos relatórios e a elaboração dos projectos de diploma e a coordenação de grupos de trabalho interministeriais, nomeadamente para estudo do regime especial de trabalho para as mães trabalhadoras e para o estudo da actividade de fabricação de tapetes de Arraiolos, nas suas vertentes de actividade artesanal/trabalho no domicílio/trabalho subordinado. Participou, como conselheiro técnico, na 12.ª Reunião da Comissão Técnica Tripartida da OIT para a indústria têxtil (1991). Desde 1994 coordena a informatização da Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, tendo organizado o concurso público para elaboração do *software* das bases de dados de gestão dos processos, das organizações do trabalho e da regulamentação colectiva, promovendo as actualizações posteriores e respectiva implementação e ministrando formação aos funcionários dos diversos serviços na utilização das mesmas bases de dados. Em 20 de Março de 2001, por despacho do Ministro do Trabalho e da Solidariedade e após concurso, foi nomeado, em comissão de serviço, chefe de divisão da Regulamentação Colectiva e Organizações do Trabalho.

Formação profissional — frequentou várias acções de formação, nomeadamente no âmbito do Código do Trabalho e do procedimento e contencioso administrativo.